

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE

GEORGE LUIZ CARNEIRO DANTAS

**AULA DE CAMPO: PROCEDIMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
INTERDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO IFRN
- CAMPUS NATAL CENTRAL**

NATAL – RN

2019

GEORGE LUIZ CARNEIRO DANTAS

**AULA DE CAMPO: PROCEDIMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
INTERDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO IFRN
- CAMPUS NATAL CENTRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Me. Oziel de Medeiros Pontes.
Coorientadora: Prof.^a Dra. Andrea Gabriel Francelino Rodrigues.

NATAL - RN

2019

Dantas, George Luiz Carneiro.

D192a Aula de campo: procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar no curso de licenciatura em geografia do IFRN-Campus Natal Central / George Luiz Carneiro Dantas. – Natal, 2019.

42 f: il. Color

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.

Orientador (a): M.e. Oziel de Medeiros Pontes.

Coorientador (a): Dra. Andrea Gabriel Francelino Rodrigues.

1. Geografia. 2. Aula de campo. 3. Ensino – Aprendizagem. 4. Interdisciplinar. I. Pontes, Oziel de Medeiros. II. Rodrigues, Andrea Gabriel Francelino. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. IV. Título

CDU 910.1

GEORGE LUIZ CARNEIRO DANTAS

**AULA DE CAMPO: PROCEDIMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
INTERDISCIPLINAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO IFRN
- CAMPUS NATAL CENTRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em 17/12/2019, pela seguinte Banca Examinadora:


BANCA EXAMINADORA



Oziel de Medeiros Pontes, Prof. Me. – Presidente
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Andrea Gabriel Francelino Rodrigues, Prof.^a Dra. – Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Francisco Ednardo Gonçalves, Prof. Me. – Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Jose Mateus do Nascimento, Prof. Dr. – Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico a produção desta monografia aos meus pais que sempre me apoiaram e acreditaram no meu potencial acad4mico. A eles serei eternamente grato.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio e incentivo dos Professores do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Campus Natal Central que foram fundamentais para a minha formação docente.

Agradeço aos meus orientadores que me ajudaram no desenvolvimento da minha pesquisa e na elaboração da minha monografia.

Agradeço aos demais amigos que fazem parte da minha vida e que contribuem direta ou indiretamente nas minhas conquistas pessoais.

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Freire (2003, p. 47).

RESUMO

No âmbito da Educação discute-se com frequência procedimentos de ensino-aprendizagem que contribuam para um ensino significativo e crítico ao ponto de despertar interesse por parte dos alunos aos conteúdos trabalhados em sala. Contudo, percebemos que mesmo em cursos superiores de ensino há a carência da prática desses procedimentos, como a aula de campo. Desse modo, o objetivo desse trabalho monográfico é analisar a importância da prática da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar no processo formativo do graduando no curso de Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT a partir de um relato de experiência vivenciado no 5º período do curso. Pois, inseridos nesse contexto, reconhecemos que sob uma abordagem interdisciplinar, a aula de campo pode proporcionar ao aluno uma interação com a realidade, praticando os conhecimentos construídos em sala; além disso, ampliar as percepções de mundo, enriquecendo sua bagagem teórica. Para tanto, adotamos como métodos de pesquisa, a pesquisa qualitativa por meio de relato de experiência vivenciada em aula de campo, observação participante, observação sistemática e estudo de campo. Também recorremos a fontes bibliográficas e sítios acadêmicos. Em seguida, por meio do nosso relato, identificamos como o procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar pode ser relevante para a formação do graduando em Geografia por mencionarmos os conceitos geográficos de espaço agrário, território, lugar e paisagem aplicados e compreendidos na prática *in loco*. Por fim, concluímos ratificando a importância da utilização da aula de campo sob abordagem interdisciplinar, por resumir o que aprendemos numa visita à Comunidade Quilombola de Capoeiras dos Negros - RN e apresentamos algumas sugestões que consideramos pertinentes para a realização de uma aula de campo interdisciplinar.

Palavras-chave: Aula de campo. Ensino-aprendizagem. Interdisciplinar.

ABSTRACT

In the Educational context, teaching-learning procedures are frequently discussed as a means of contributing to meaningful and critical teaching methods that will stimulate students' interest in the lessons to be presented in the classroom. However, we recognize that even in higher educational courses there is a lack of practical application of these procedures, such as would occur during fieldwork. Thus, the purpose of this monographic work is to analyze the importance of fieldwork as an interdisciplinary teaching-learning procedure in the graduation process of Geography Degree at IFRN – CNAT, based on practical experience acquired during the 5th course period. When included in this context, as part of an interdisciplinary approach, fieldwork enables students to interact with reality, by putting into practice the knowledge acquired in the classroom; additionally, it can broaden the student's perceptions of the world, enriching his theoretical background. To this end, we adopted as research methods, qualitative research based on our report of practical experience in fieldwork, participant observation, systematic observation and field study. We also researched bibliographic sources and academic sites. Then, in our report, we sought to identify how the interdisciplinary teaching-learning procedure may be relevant to the graduate student formation in Geography by including the geographical concepts of Agrarian Space, Territory, Place and Landscape applied and understood in on-site practice. Finally, we concluded by ratifying the importance of approaching fieldwork as an interdisciplinary approach, resuming what we have learned during a visit to the Quilombola Community of Capoeiras dos Negros – RN, and we also present some suggestions that we consider pertinent to conducting interdisciplinary fieldwork.

Keywords: Fieldwork. Teaching-learning. Interdisciplinary.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A IMPORTÂNCIA DA AULA DE CAMPO COMO PROCEDIMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM INTERDISCIPLINAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA	12
3	PERCURSOS METODOLÓGICOS QUALITATIVOS	19
4	UMA AULA DE CAMPO INTERDISCIPLINAR: CAPOEIRA DOS NEGROS - RN	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE – CRONOGRAMA PARA A PRODUÇÃO MONOGRÁFICA	40

1 INTRODUÇÃO

No âmbito educacional, é antiga a discussão acerca da importância de um fazer pedagógico que estabeleça conexão com os alunos. Nos cursos superiores de Geografia não é diferente. A busca é constante em prol de uma educação que contribua para a formação dos licenciandos, por meio dos conteúdos lecionados em sala de aula, tornando-a significativa. Nesse sentido, muitos são os procedimentos sugeridos e estudados a fim de alcançar esse objetivo, mudando a forma de ensino tradicionalista praticada na sala de aula, contribuindo para a formação do graduando em Geografia por despertar o raciocínio crítico quanto a realidade vivenciada.

Diante desse contexto, atuando como graduando da Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Natal Central, percebemos que apesar da escola, como também das instituições de ensino superior, desempenharem importante papel como lugar essencial para a construção dos saberes e desenvolvimento da coletividade, pois segundo Sacristán e Gómez (1998, p. 13) “a espécie humana [...] elabora instrumentos, artefatos, costumes, normas, códigos de comunicação e convivência como mecanismos [...] para sobrevivência dos grupos e da espécie”. Contudo, percebe-se que é preciso o contínuo incentivo aos procedimentos de ensino-aprendizagem que contribuam para um ensino significativo e crítico. Isso ajuda a ampliar as percepções de mundo do aluno. Desse modo, um procedimento de ensino-aprendizagem que permitiria o aluno inserir-se em um contexto socioambiental, mas ainda é pouco utilizado, principalmente, sob o viés da abordagem interdisciplinar é, a aula de campo.

A aula de campo, procedimento de ensino-aprendizagem, auxilia o professor de Geografia a proporcionar um ensino significativo, permitindo ao aluno uma interação com a realidade. Isso contribui para a construção do conhecimento por unir teoria à prática. Ao mesmo tempo, esse procedimento de ensino-aprendizagem estimula a criticidade e, quando aplicado ao ensino da Geografia, incentiva uma melhor compreensão da relação homem e espaço geográfico.

Porém, observamos que não é fácil a prática da aula de campo. Um dos empecilhos deve-se aos recursos financeiros que muitas vezes são limitados, a disponibilidade do professor e/ou dos alunos em viajarem para um determinado lugar em virtude de inúmeros afazeres e/ou outras obrigações familiares, respectivamente. Entretanto, há a possibilidade de realizar aulas de campo próximas à instituição de ensino e/ou utilizar o ônibus da linha comercial como meio de transporte para o deslocamento. O fato é que, para haver uma aula de

campo, precisa-se do planejamento, porque mesmo se o problema for dinheiro e/ou tempo para sua realização, há alternativas acessíveis. Qualquer lugar pode servir como objeto de estudo.

Dessa forma, trazemos para a nosso trabalho monográfico algumas questões que suscitaram curiosidade científica, a saber: como a aula de campo pode ser aplicada no ensino superior de Geografia de forma a propiciar uma prática pedagógica mais interativa que promova uma inserção com o meio social e ambiental? Como o professor pode utilizar a aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar que promova a formação do graduando em Geografia?

A relação com a realidade ajuda na formação da compreensão do mundo, na qual o próprio sujeito faz parte. É um exercício da criticidade por meio da reflexão e análise do objeto estudado *in loco*. Assim, quando o professor ou professora utiliza esse procedimento como mediação no processo de ensino, o resultado tende a ser satisfatório já que amplia e complementa o conhecimento.

Por outro lado, embora as aulas de campo sejam importantes para uma formação menos mecanicista e doutrinária, precisam de planejamento e que, de preferência, adotem uma abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, o planejamento é necessário para evitar perda de foco e de falta de correspondência com os conteúdos das disciplinas estudadas em sala previamente. Desse modo, a aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar não é mero passeio, mas um procedimento ligado e aliado ao conteúdo didático, ou seja, precisa de fundamentação prévia e, quando utilizada em parceria com outras disciplinas ou conteúdos didáticos em comum com o assunto a ser investigado, precisa da assessoria de dois ou mais professores envolvidos para darem o suporte necessário durante a realização da atividade. A intenção aqui é a união do todo.

Nesse bojo, o trabalho monográfico tem o objetivo de analisar a importância da prática da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar no processo formativo do graduando de Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT a partir de um relato de experiência vivenciado no 5º período do curso.

Para tanto, adotamos como objetivos específicos:

- Estudar alguns conceitos sobre o processo de ensino-aprendizagem, interdisciplinaridade, ensino de Geografia e aula de campo;
- Identificar o papel da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar para a formação do graduando da Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT;

- Apresentar algumas sugestões para o aprimoramento da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar para a formação docente no curso de Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT.

Diante do exposto, esse trabalho monográfico encontra-se estruturado da seguinte forma: no primeiro momento, destaca-se a importância da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar no ensino superior de Geografia a partir da análise de alguns conceitos; no segundo momento, explica-se como o trabalho foi desenvolvido metodologicamente; por fim, apresenta-se um relato de experiência, vivenciado pelo autor do trabalho e que corrobora com o tema da monografia, seguido pelas considerações finais.

2 A IMPORTÂNCIA DA AULA DE CAMPO COMO PROCEDIMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM INTERDISCIPLINAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA

É fundamental um procedimento de ensino-aprendizagem que desperte no aluno a reflexão, senso crítico, criatividade e o espírito científico. A maioria dos educadores defendem esse argumento. Por outro lado, nem sempre é fácil aplicar procedimentos no cotidiano educacional. Talvez uns dos maiores desafios, no âmbito da Educação, seja a tentativa do distanciamento na persistência em aulas metódicas, estruturadas, e expositivas que são focadas apenas no livro didático e sua sequência lógica. Essas concepções educativas tradicionalistas e tecnicistas são praticadas por muitos anos e já estão enraizadas no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, muitas vezes é mais fácil seguir o padrão já estabelecido que arriscar, ou inovar em sala de aula. Contudo, persistir em seguir essas formas de ensino-aprendizagem diariamente muitas vezes afastam o aluno da reflexão, pois nesse processo é como se o conhecimento fosse colocado na cabeça dele. Assim, não facilita o ensino-aprendizagem, porque o estudante não é participativo, é passivo por estar quase que apenas absorvendo as ideias e informações do professor.

Além disso, para que um processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma eficaz é importante que haja aprendizado por parte do agente principal, o aluno. Caso contrário, todo o esforço feito para que ele tenha aprendido terá sido à toa. Como afirmam Díaz Bordenave e Pereira (2015, p. 23), “[...] o problema do professor é que seus alunos aprendam”. Entretanto, há casos que o graduando não se encontra diante de condições favoráveis para o processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao orientador e facilitador do conhecimento esforçar-se para que o graduando, seja qual for, sinta-se relacionado ao conteúdo trabalhado em sala.

Como mencionado, é preciso um ensino-aprendizagem significativo que traga valor formativo. Por isso que, segundo Díaz Bordenave e Pereira (2015), o professor não pode prender-se a livros didáticos, mas são necessários outros recursos que proporcionem ao estudante experiências. Serão essas aprendizagens com base em experiências que produzirão modificações na vida. Logo, é importante o professor utilizar um procedimento de ensino-aprendizagem ou recurso que ajude na formação intelectual e crítica do aluno.

Dessa forma, Díaz Bordenave e Pereira (2015) defendem que tal procedimento requer do professor planejamento prévio da condução do conteúdo que irá ser trabalhado com os alunos para que eles se sintam parte do processo e estejam envolvidos, visto que a proposta é descobrir, identificar e reformular conceitos, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, cabe nesse momento uma reflexão quanto ao procedimento que será adotado.

Além disso, se adicionarmos ao processo de formação do aluno contribuições articuladas, irão enriquecer o conhecimento dele. É uma forma de “[...] ampliando-se o conceito, amplia-se o olhar [...]” (FAZENDA, 2012, p. 16). Sendo assim, ao tratar-se de procedimento de ensino-aprendizagem numa perspectiva escolar, a interdisciplinaridade das matérias ensinadas irá obter caráter complementar. Para tanto, para que ocorra essa interação é preciso que as matérias trabalhadas compartilhem uma lógica científica, ou seja, um objetivo entre conteúdos em comum. Um processo integrador.

Com respeito a um processo de ensino-aprendizagem que une, o ensino de Geografia aborda diversos temas sociais, faz parte da área de conhecimento que contempla as Ciências Humanas e tem como um dos objetos de estudo o homem em suas relações com o espaço geográfico. Segundo Penteadó (2010), a Geografia é uma disciplina que compreende tanto as características do espaço natural em que o homem habita como as formas de ocupação e uso desse espaço. Então, de acordo com a autora, a Geografia, como Ciência Humana, é necessária para o ajustamento, isto é, processo de ação, reação e transformação do meio social a que pertence o educando.

Nesse sentido, conforme Penteadó (2010), a Geografia colabora na formação de um cidadão crítico, porque contribui para que ele possa perceber a sociedade em que vive, a si como agente social e entender o sentido dos processos responsáveis por influenciar e orientar a sociedade. Dessa forma, em sala de aula, a Geografia precisa ser utilizada como estudo da vida do homem em relação ao espaço geográfico.

O ensino da Geografia também será dinâmico e transformador quando o professor integrar conhecimentos de diversas áreas. Como é uma disciplina de caráter interdisciplinar, o saber geográfico proporciona um vasto conjunto de elementos significativos da cultura. Dessa forma, permite ao aluno obter “uma visão menos fragmentada da realidade, [para] compreender como o espaço é produzido pela sociedade e nele atuar de modo consciente e crítico” (CAMPOS, 2010, p. 9).

Essa perspectiva considera que a atividade humana se baseia na interação social. Isso contribui para que ocorra em sala de aula a reflexão e análise do assunto estudado tanto por parte do professor como do aluno. Aliás, de acordo com Veiga (2000), uma educação crítica estimula o aluno a interação social por meio da dialética, prática que procura ver o homem como síntese de múltiplas determinações.

Outro aspecto importante é que, a educação deve ser realizada como um serviço coletivo prestado a cada indivíduo e que o cidadão possa dela desenvolver-se obtendo o que precisa. Segundo Brandão (2003), Saviani (2003) e Chaves (2019), assim como a democracia

é um valor básico e valioso, exercido pelas pessoas, a educação também deve ser encarada como tal, visto que é a preparação para o exercício da mesma. Dessa forma, como um processo vital na formação do ser humano, precisa integrar todos os indivíduos, reforçando os laços sociais. Porém, para que ela possibilite a formação de alunos críticos e participativos, é necessário que haja no ensino-aprendizagem debate entre professor e aluno, ou seja, a prática de uma pedagogia que estimule a reflexão contínua para que os conteúdos trabalhados sejam compreendidos de forma significativa.

O processo de ensino-aprendizagem envolve a participação tanto dos docentes quanto dos discentes. Isso possibilita a construção do conhecimento e o desenvolvimento do raciocínio intelectual. Para tanto, é necessário a utilização de procedimentos de ensino-aprendizagem eficazes como a aula de campo. Segundo Oliveira e Assis (2009, p. 192):

A aula em campo é uma atividade extra sala/extra escola que envolve, concomitantemente, conteúdos escolares, científicos (ou não) e sociais com a mobilidade espacial; realidade social e seu complexo amalgamado material e imaterial de tradições/novidades. É um movimento que tende elucidar sensações de estranheza, identidade, feiura, beleza, sentimento e até rebeldia do que é observado, entrevistado, fotografado e percorrido.

Por outro lado, de acordo com Passini (2007), a aula de campo pode ser realizada em qualquer lugar, desde que mantenha como método seu caráter ativo e interativo. Não há um espaço específico, podendo ser na sala de aula, no pátio da escola, no refeitório, no corredor, na rua do colégio, na casa do aluno, no bairro, na cidade, no município, e/ou no parque florestal, entre outros. Para o autor não há empecilhos para uma aula de campo, e a própria escola ou entorno dela pode servir para desenvolver e realizar esta prática. Enfim, independentemente de onde seja, o movimento realizado por professores e alunos durante a aula de campo precisa dançar no ritmo da relação de saberes problematizados na escola (livros didáticos, trabalho de campo, experiências, etc.) e agora movimentados na realidade 'viva' [...]” (OLIVEIRA; ASSIS, 2009, p. 199).

De acordo com Lima e Assis (2005, p. 112), “o trabalho de campo se configura como um recurso para o aluno compreender o lugar e o mundo, articulando a teoria à prática, através da observação e da análise do espaço vivido e concebido”. Este contato com a realidade contribui muito no processo de ensino-aprendizagem na disciplina de Geografia, visto que esta estratégia permite trabalhar conceitos-chave da Geografia: Espaço Geográfico, Território, Paisagem, Região e Lugar como categorias imprescindíveis para a explicação e a compreensão da Ciência Geográfica, ajudando o educando na observação da natureza dos lugares e do mundo.

Nesse contexto, a aula de campo não configura uma viagem de passeios, constituindo uma prática de fundamental importância para a compreensão e leitura do espaço geográfico, principalmente pela possibilidade da aproximação entre teoria e prática. Para o professor em formação de Geografia são muito importantes as práticas de campo, já que apresentam infinitas possibilidades de pesquisa e investigação. A esse respeito, segundo Hissa e Oliveira (2004), essas práticas na Geografia fortalecem o desenvolvimento da pesquisa, porque a observação e a descrição são elementos essenciais para a formação e o aperfeiçoamento do pesquisador. Além disso, é na Ciência Geográfica que aspectos físicos e humanos se tornam objetos de estudo.

A Geografia é uma ciência interdisciplinar que em outras áreas científicas busca elementos para melhor entender e explicar os fenômenos por ela estudados. É indispensável uma prática de ensino-aprendizagem de Geografia interdisciplinar, como a aula de campo. Com relação a interdisciplinaridade, Lück (1994, p. 64), define:

[...] o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação de disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global do mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual.

Desse modo, as aulas de campo podem ser utilizadas em todas as disciplinas e a interdisciplinaridade propicia uma visão mais ampla do aluno quanto ao meio socioambiental, tendo em vista as relações de conhecimentos serem fundamentais para uma leitura mais plural. Também, segundo Figueiredo (2011), a Geografia Escolar é a disciplina mais capacitada para o desenvolvimento de tal prática, pois tem como objeto de estudo, a própria sociedade e sua relação com o meio na qual estão inseridos. Contudo, ainda de acordo com o autor (2011, p.17):

[...] levar os alunos a campo para essa (re)significação da dimensão social do espaço poderia ser feito por qualquer disciplina escolar e em qualquer série. Porém, trata-se dessa dimensão social produzida e reproduzida no espaço geográfico e, então, a Geografia Escolar é a disciplina que deve possuir competência construída para realizar esta atividade já que o mesmo é o seu objeto de estudo.

Além dos aspectos mencionados, a aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem é eficaz, cuja metodologia tem o estudo do meio. O estudo do meio é uma atividade de excepcional importância na vida da escola e que deve levar à maturidade. Então, ao voltar do estudo do meio, o aluno deverá estar modificado, ou seja, rico em experiências.

Balzan (1969) afirma que, estudar o meio não consiste em apenas apreciar a natureza, mas também, trazer a realidade para dentro de si ao desvendar suas nuances e essências. Em uma palavra: inserir-se.

Outro aspecto importante quanto ao estudo do meio como metodologia para a aula de campo é que o estudo do meio consiste num método ativo e interativo, cujo objetivo é mobilizar, em primeiro lugar, as sensações e percepções dos alunos no processo de conhecimento para, em seguida, proceder-se à elaboração conceitual. Barros Júnior (2010), defende a ideia que o estudo do meio consiste no contato direto do aluno com seu meio imediato, exercitando a intuição através do trabalho de campo e excursões. Desse modo, conforme o autor (2010, p. 1):

Ao considerarmos o espaço geográfico como fruto de uma totalidade resultante das interações entre a sociedade e a natureza, obviamente que a sua compreensão deve ser de modo articulado, numa perspectiva transversal e interdisciplinar. É por esta razão, que o estudo do meio se torna um procedimento de grande relevância, podendo se adequar a qualquer nível ou modalidade de ensino para viabilizar a problematização, o enfrentamento de desafios e o desenvolvimento de múltiplas inteligências.

Dessa forma, são indispensáveis as saídas planejadas para outros locais, apesar de que também podem ser realizadas no próprio ambiente escolar. No entanto, quando a vida da escola considera, de fato, a sociedade que nela se reflete e direciona-se no sentido da transformação social, na perspectiva de Feltran e Feltran Filho (1991), não existe a distância entre indivíduo (aluno) e meio (sociedade ou grupos socioculturais). O valor do estudo do meio está na aproximação que viagens e excursões proporcionam a alunos e professores de várias áreas. Embora esse resultado deva ocorrer, e é oportuno que ocorra, esse procedimento não deve ser utilizado de maneira paralela ao trabalho da escola como um todo. Desse modo, é necessário o processo de planejamento.

O papel do professor na aula de campo é fundamental, porque além de planejar as atividades, será um mediador entre os conhecimentos existentes nos ambientes visitados e as apreensões dos mesmos pelos estudantes. Conforme Oliveira e Correia (2013), essa condução possibilita aos alunos observações próprias, exercendo o perfil investigador. Nesse sentido, os alunos desenvolvem os sentidos para conhecerem o objeto estudado e constroem um arcabouço que lhes permitem a descrição, a análise e a crítica, elementos que são essenciais ao estudo da Geografia.

Com respeito ao aluno, ele tem que ser o autor do seu próprio conhecimento e, a partir dos conteúdos lecionados em sala de aula e orientações do professor, deverá organizar

as informações de acordo com a importância e a assimilação que fez de forma presencial. Isso será possível se ele despertar o interesse em relação ao meio estudado. Então, ao utilizar a aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem, o professor contribuirá para colocar o aluno como próprio autor de seu conhecimento.

Agora, quanto as etapas da aula de campo, primeiro, deve começar com a etapa do planejamento. Nela, há a definição do que pretendemos obter ou alcançar com a aplicação dessa metodologia. Planejar evita que a aula seja um passeio. Segundo Falcão e Pereira (2005), é na etapa da preparação, pré-campo, que os objetivos traçados poderão ser realmente alcançados durante a saída da escola. Os passos do planejamento são iniciados a partir de um plano de aula de campo que irá orientar a aula. Essa etapa é muito importante, visto que traz valor e objetivo ao que queremos fazer com a aula de campo.

A visita *in loco* vem em seguida, sendo fundamental a organização e o plano de aula, o que inclui desenvolvimento do roteiro, horários e lugares para refeições e descanso, e contratação, dependendo do caso, de um guia para orientação em relação ao roteiro escolhido, entre outros. De acordo com Barros Júnior (2010), a visita prévia a localidade, para a realização da aula de campo é indispensável na sua organização, tendo em vista que evita frustrações e fuga dos objetivos pretendidos.

Definidos percurso, duração, locais a serem visitados, temas abordados, e a preparação da saída (que também deve estabelecer normas de conduta – respeito ao outro, às diferenças, aos posicionamentos e ao modo de falar), é importante serem esclarecidos, e explicados a escolha das vestimentas, a segurança, a proteção dos alunos, o comportamento em relação ao lixo produzido pelo grupo, e o trato com pessoas que prestarão serviços para o grupo. Portanto, tudo deve ser informado e estabelecido.

Em seguida, quanto à etapa da entrevista que será realizada *in loco*, haverá a presença da pesquisa qualitativa no estudo de um fenômeno social, ou seja, as perguntas básicas, apoiadas em teorias e hipóteses que interessam às pesquisas serão desenvolvidas por meio de perguntas aos entrevistados. Nesse momento, as informações obtidas deverão ser registradas para uma posterior análise do pesquisador.

Na etapa da observação, o pesquisador não irá “olhar”, mas prestar atenção aos detalhes, características do elemento a ser investigado. Ao mesmo tempo, a utilização dessa técnica inclui anotações, e registros, pois as anotações de campo são todos os processos de coletas e análises das informações. Contudo, as observações não são buscas ocasionais, mas uma atividade a ser posta a serviço de um objeto de estudo, de uma questão ou de uma hipótese claramente definidas e fundamentadas. Zanelli (2002), afirma que um pesquisador

envolvido com a investigação está diretamente atento aos detalhes na etapa da observação. Desse modo, ele apenas irá compreender o ambiente estudado e relacionar-se caso esteja prestando atenção ao seu objeto de estudo.

Como supracitado, a escolha de um procedimento de ensino-aprendizagem é importante, visto que contribui para uma formação livre e não dominante. Esse tipo de condução na forma de ensinar ajuda na construção de um cidadão consciente. Como mencionado por Freire (2003), não é para transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para a produção e construção dele.

Para tanto, cabe ao professor o planejamento, mesmo tratando-se de um procedimento de ensino-aprendizagem aplicada na esfera do ensino superior de Geografia. Por fim, quando segue uma abordagem interdisciplinar adiciona ainda mais significado ao conhecimento do aluno por unir outros conteúdos que explicam e complementam um assunto em comum. Desse modo, a utilização da aula de campo, como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar favorece ao despertar do senso crítico, reflexivo e a atitude científica.

Desse modo, como tentativa de compreender melhor a importância da aplicabilidade desse procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar, foi adotado a metodologia qualitativa a fim de que pudesse exprimir melhor essa compreensão, como segue a seguir.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS QUALITATIVOS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, adotou-se alguns procedimentos de estudo que melhor possibilitaram atingir os objetivos propostos. De acordo com Gil (2014), em uma pesquisa o objetivo principal é descobrir as respostas para o problema da pesquisa por meio de procedimentos científicos. Sendo assim, utilizou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa. O método qualitativo, segundo Marconi e Lakatos (2011), consiste em analisar, descrever e interpretar o comportamento e características humanas. Assim sendo, esse trabalho monográfico responde aos questionamentos que surgiram no contexto da graduação vivenciados na Licenciatura em Geografia do IFRN - Campus Natal Central, a saber:

- Como a aula de campo pode ser aplicada no ensino superior de Geografia de forma a propiciar uma prática pedagógica mais interativa, que promova uma inserção com o meio social e ambiental?
- Como o professor pode utilizar a aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar que promova a formação do graduando em Geografia?

Além disso, o trabalho monográfico a partir da metodologia qualitativa também procurou alcançar o objetivo geral proposto e os específicos:

- Analisar a importância da prática da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar no processo formativo do graduando de Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT a partir de um relato de experiência vivenciado no 5º período do curso.

Objetivos específicos:

- Estudar alguns conceitos sobre o processo de ensino-aprendizagem, interdisciplinaridade, ensino de Geografia e aula de campo;
- Identificar o papel da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar para a formação do graduando da Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT;
- Apresentar algumas sugestões para o aprimoramento da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar para a formação docente no curso de Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT.

No contexto da metodologia qualitativa, utilizamos a pesquisa bibliográfica, relato de experiência, observação participante, observação sistemática e estudo de campo como

recursos para descobrir as respostas para o problema da pesquisa acadêmica e alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. Conforme Marconi e Lakatos (2017), é por meio da leitura e da reflexão sobre obras a respeito do problema investigado que resultará em valor ao conteúdo pesquisado e fundamentado no presente trabalho. Por isso, a etapa de seleção, diante das produções que o pesquisador estará em contato, é uma tarefa nada fácil que exige paciência, estratégia e análise profunda e cuidadosa dos dados obtidos para evitar incoerências ou contradições, ou ainda, como afirma Pádua (2012), a coleta de dados periféricos, dados que não dizem respeito ao tema da pesquisa e que não são significativos.

Quanto ao relato de experiência, esse procedimento científico pode ser útil para a pesquisa pois é como se por meio dele a realidade fosse “espelhada”, ou seja, retratada ou refletida. Essa percepção é compreendida a partir dos registros do que se passou fornecendo dados significativos à pesquisa. Sobre isso, Pádua (2012, p. 78) afirma que é como “transferir um segmento da realidade para um contexto de interpretação científica, com seus dados sendo considerados como pontes de partida para o próprio conhecimento de dada realidade, a partir de seu processo”. Então, possibilita a interpretação do real, o conhecimento do real, a relação da teoria com o concreto. Esse procedimento envolve a observação.

A observação qualitativa é uma técnica de coleta de dados que não consiste em olhar, mas analisar, enxergar além do óbvio, explorar e descrever. O objetivo é usar os sentidos para adquirir conhecimento, já que a observação não é pura, mas seletiva. Nesse sentido, para atender a proposta do nosso trabalho acadêmico, adotamos a observação participante e sistemática.

A observação participante consiste em além de analisar o objeto de estudo, mas interferir quando possível, interagir, tornar-se participante do processo de estudo, pesquisa. Quanto a esse conceito, Minayo (2013, p. 70) afirma:

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

Assim, de acordo com a autora, a partir do convívio prático o observador vai obtendo suas informações sem prender-se a uma estrutura padronizada, mas interagindo com o meio social. Isso significa colocar-se no lugar do outro articulando teoria e prática. Logo, a observação participante é interativa e dinâmica. Por outro lado, para que isso ocorra de forma eficaz cabe ao observador preparo prévio quanto a atenção, sensibilidade, paciência; disciplina.

A observação sistemática que diferente de outras formas de observação científicas, de acordo com Pádua (2012), quando realizada permite o observador interferir e criar situações novas mesmo sem o consentimento dos observados. Segundo Gil (2014, p. 104), “nas pesquisas deste tipo, o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos. Por essa razão, elabora previamente um plano de observação”. Dessa forma, o pesquisador antecipadamente estabelece categorias que serão analisadas na situação, ou seja, segue um roteiro elaborado. Então, implica em traçar um planejamento para o quê deve-se observar, em quais momentos, como a forma de registro e organização das informações. A observação deve estar associada aos objetivos da pesquisa. Eles precisam estar claramente definidos. Logo, o pesquisador que adotar esse tipo de observação já saberá quais os pontos sobre quem ele pesquisará são significativos para alcançar os objetivos pretendidos.

Além dos aspectos mencionados quanto à observação sistemática, é preciso determinar o critério de amostragem. A amostragem refere-se a uma porcentagem do total, uma pequena parte que possa representar, pois, conforme Gil (2014), em uma pesquisa social é impossível considerar a totalidade de elementos que se pretenda investigar. Então, o pesquisador seleciona uma parte para estudar. Desse modo, o critério estabelecido no estudo de campo relatado nessa monografia foi a focal. A amostragem focal como mencionado ainda por Gil (2014), é uma observação que envolve uma unidade em um tempo definido e o registro de diversas facetas de seu comportamento. Essa unidade é um indivíduo ou um grupo que pode estar movimentando-se ou ficar fora do alcance do observador.

Diante do exposto, realizamos o procedimento de observação participativa e sistemática focal em uma situação de campo. Reconhecemos que o estudo de campo permite um aprofundamento, compreensão ampla sobre o que se pretende investigar. Para Gil (2014), consiste em utilizar técnicas de observação e estudar um único grupo ou comunidade sobre sua estrutura social, ou seja, a interação dos seus componentes. Dessa forma, visitamos a comunidade Quilombola Capoeiras dos Negros - RN e conversamos a gestora da Escola

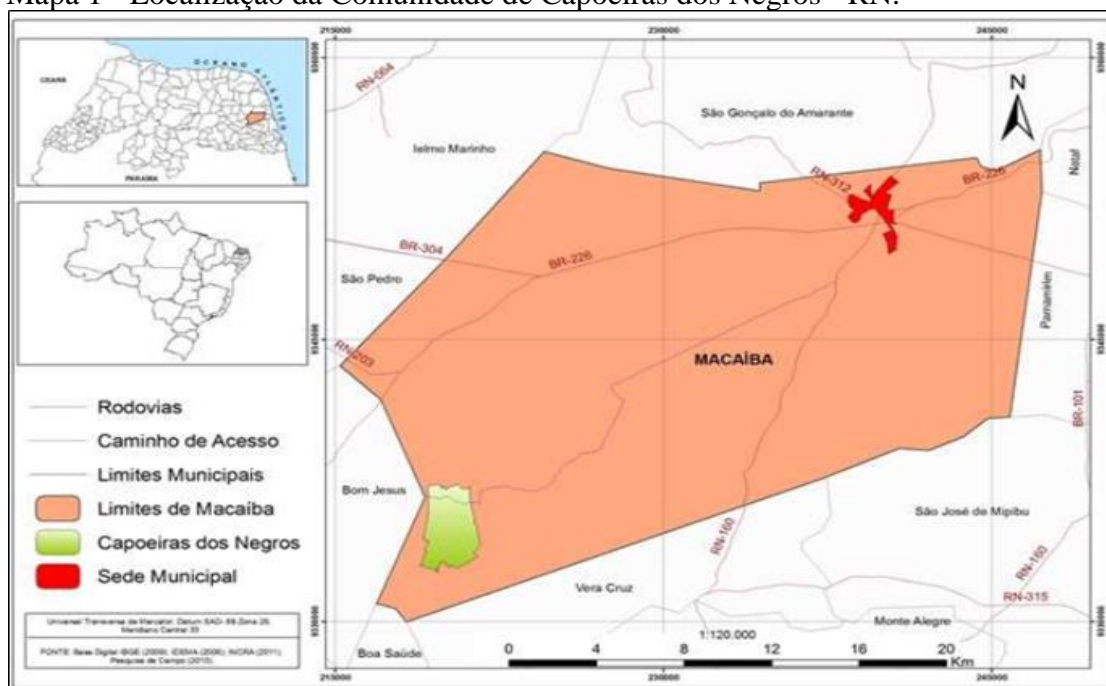
Municipal Santa Luzia, como também, realizamos uma intervenção com os alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Santa Luzia, como será explicado no próximo capítulo dessa monografia.

4 UMA AULA DE CAMPO INTERDISCIPLINAR: CAPOEIRA DOS NEGROS - RN

Uma aula de campo interdisciplinar ocorreu no semestre letivo 2018.1 por meio da segunda edição do projeto chamado, “Seminário Desvendando os Territórios Rurais: espaços de resistência no RN”. Esse projeto é fruto da parceria de duas professoras do corpo docente da Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT, e que lecionavam as disciplinas de Geografia Agrária e Geografia Política. Dessa forma, o objetivo do projeto, que ocorria no 5º período do curso, era apresentar ao final do semestre letivo os resultados das experiências vividas em campo por meio do procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar, através de aula de campo. Então, a partir das estratégias desenvolvidas, os graduandos tiveram as condições de desenvolverem pesquisas com independência intelectual para posteriormente em uma data previamente definida ao fim do semestre, socializarem os conhecimentos aprendidos. Ao mesmo tempo, esse projeto interdisciplinar possibilitou compreender por meio da prática no campo os conceitos aprendidos em sala sobre espaço agrário e território.

Em mente os conceitos discutidos em sala, fomos à campo. A aula de campo para visitar a Comunidade Quilombola Capoeiras dos Negros - RN foi a segunda realizada dentro da proposta do Seminário. Capoeiras dos Negros que é uma Comunidade Quilombola situada em área rural e que, segundo Miller (2017), pertence ao município de Macaíba - RN, apesar de estar menos de 7 km do município de Bom Jesus - RN. Está localizada a 32,6 km da cidade de Macaíba - RN e a 65 km de distância da capital do Rio Grande do Norte, Natal. O seu acesso dá-se pela BR 101 e BR 226. Quanto a Macaíba, limita-se ao Norte com os municípios de São Gonçalo do Amarante e Ielmo Marinho; ao Sul, com os municípios de Vera Cruz, Boa Saúde e São José de Mipibu; a Leste, com os municípios de Natal e Parnamirim; e, a Oeste, com São Pedro, Bom Jesus e Ielmo Marinho, como podemos observar abaixo:

Mapa 1 - Localização da Comunidade de Capoeiras dos Negros - RN.



Fonte: Miller (2017).

Essa Comunidade abrange uma área total de 884,993 ha, dividida para 325 famílias habitantes com uma população de aproximadamente 1200 pessoas, de acordo com Miller (2017). Mas, apenas no ano de 2007 o reconhecimento como Comunidade autodeclarada quilombola ocorreu e a emissão do título se deu em 2013. Então não foi fácil esse processo. Exigiu-se lutar em prol do reconhecimento como uma comunidade remanescente de quilombos do Rio Grande do Norte. O reconhecimento ocorreu sem a participação do Estado, de acordo com Lima (2015), sendo junto à Associação Quilombola dos Moradores de Capoeiras (AQMC).

Na Comunidade de Capoeiras as principais atividades de subsistência provêm do cultivo, consumo e venda da mandioca, assim como do Caju e a venda das castanhas durante os meses de dezembro a fevereiro. A produção agrícola é para consumo próprio. Mas o excedente acaba sendo vendido na feira de Bom Jesus – RN, ao passo que a indústria de aproveitamento está fechada por motivos desconhecidos. Também, ainda segundo Miller (2017), outras fontes de renda são oriundas da produção de tijolos e as aposentadorias e pensões. Ainda na Comunidade de Capoeiras, há luz elétrica, água encanada, internet e uma Escola Municipal, Santa Luzia, que atende os alunos do primeiro ao quinto ano.

A diretora da escola nos recebeu e nos encaminhou para uma sala de aula onde esperaríamos os alunos do Ensino Fundamental, assim que chegamos à Escola Municipal. Em seguida, realizamos uma intervenção com o teatro de fantoches e com uma atividade

cartográfica, o croqui. O intuito da estória dos fantoches e o croqui foi de trabalhar de forma lúdica os conceitos de lugar e paisagem, conforme podemos observar abaixo:

Fotografia 1 - Alunos do Ensino Fundamental recebendo a proposta de atividade, croqui.



Fonte: Acervo do autor (2018).

Fotografia 2 - Alunos do Ensino Fundamental realizando atividade, croqui.



Fonte: Acervo do autor (2018).

A intervenção tem o objetivo de promover a alteração de uma situação específica, melhorar ou ajudar a manter, a partir do momento que adquire vida. Então, por meio desse processo diferenciado de ensino, que envolve múltiplas práticas pedagógicas rompendo com

os padrões tradicionalistas, o aluno raciocina, relacionando-se com o mundo. Quanto a isso, Garcia (2011, p. 3), no que se refere à intervenção pedagógica comenta:

[...] um conjunto de práticas exercidas pelos professores tendo em vista restaurar determinadas condições de convivência e aprendizagem coletiva em sala de aula [...] A intervenção, portanto, tem em mente restabelecer uma condição de aprendizagem e não somente de convivência.

Como supracitado, a intervenção pedagógica é uma interferência sobre o processo de desenvolvimento ou aprendizagem do sujeito. A finalidade de intervir tem por objetivo não apenas de solucionar questões de convivências entre os alunos na escola, mas, no processo de desenvolvimento da aprendizagem, organizá-lo. Esse procedimento atua no processo, com o objetivo de compreendê-lo, explicitá-lo ou corrigi-lo.

Desse modo, a nossa intervenção teve a ver com a utilização de um teatro de fantoches e aplicação de uma atividade cartográfica, o croqui, para explicar o conceito de Lugar e Paisagem. O teatro de fantoches na educação é um estímulo ao desenvolvimento intelectual do aluno. Por meio do lúdico, mãos que manipulam os bonecos, histórias são contadas. Sobre o teatro, Camargo (2003, p. 39) enfatiza que:

O teatro, no ensino fundamental, proporciona experiências que contribuem para o crescimento integrado da criança e do adolescente sob vários aspectos. No plano individual, proporciona o desenvolvimento de suas capacidades expressivas e artísticas; no plano coletivo, por ser uma atividade grupal, oferece o exercício das relações de cooperação, diálogo, respeito mútuo, reflexão sobre como agir com os colegas, flexibilidade de aceitação das diferenças e aquisição de sua autonomia, como resultado de poder agir e pensar com maior “liberdade.

Dessa forma, como explicado pelo autor, o teatro é uma atividade artística que não apenas contribui para o desenvolvimento social, emocional do aluno, mas intelectual também. A partir da diversão educativa pode-se trabalhar conceitos e temas de uma forma descontraída, permitindo a reflexão e compreensão.

Com relação ao croqui, é uma representação cartográfica, ou seja, serve para representar de forma gráfica. De acordo com De BIAGGI (1996, p.18):

[...] o croqui em Geografia aparece vinculado a um tipo de trabalho que se constrói paulatinamente enquanto o discurso gráfico, como uma ocasião de ensaios ou mesmo síntese momentânea do estado de uma reflexão. Sempre fazendo referência a um certo tema e sem a preocupação de exclusividade da informação, o croqui revela-se como uma primeira tentativa de compreender uma realidade em construção de forma simples e arrojada.

Então, como mencionado pelo autor, o croqui é uma representação sobre determinado tema e que não há a necessidade de elaboração detalhada e exigente. É uma atividade simples e objetiva de forma, porém, sem pressa. Trabalha a criatividade, estimula a imaginação do aluno.

Quanto ao Lugar, de acordo com Alves (2014), é o espaço apropriado ou percebido pelas relações humanas. Desse modo, o conceito de Lugar envolve a compreensão humana com base nos valores afetivos ou de identidade. Também, segundo o entendimento de Carlos (2007, p. 20):

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno.

Então, na visão do autor, o lugar é um espaço ocupado, fruto do cotidiano, onde o sujeito mantém laços, é algo quase indissociável da sua vida. Para tanto, para que ocorra essa relação é preciso afetividade que segundo Bartoly (2011, p. 73):

O lugar é produzido a partir da afetividade, da sensação de pertencimento, do modo como nos adaptamos e nos apropriamos das realidades globais que se introduzem no local, que dão sentido à própria distribuição objetiva das coisas e das pessoas nessa porção do espaço geográfico.

Logo, as relações com o mundo, os espaços globais e as influências também das outras pessoas que dessa porção do espaço ocupado habitam contribuem para que o indivíduo se adapte e estabeleça vínculo.

Em relação ao conceito de Paisagem, Alves (2014) afirma que é o espaço geográfico produzido diante dos nossos olhos, ou seja, não apenas nossa visão, mas a percepção de mundo e sua interpretação. E que de acordo com Salgueiro (2001, p. 41):

Os estudos da paisagem, inicialmente muito focados na descrição das formas físicas da superfície terrestre, foram progressivamente incorporando os dados da transformação humana do ambiente no tempo, com a individualização das paisagens culturais face às paisagens naturais, sem nunca perder de vista as interligações mútuas”.

Como mencionado acima, o estudo da Paisagem não se refere apenas aos aspectos naturais, mas também os antrópicos. Com o tempo a Geografia passou a analisar essa harmonia, relação frente ao tempo. Quanto a isso, Santos (1997, p. 37) menciona que crenças e ideias se relacionam ao conceito de paisagem, como também, pode ser fruto de um processo histórico:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.

Dessa maneira, a Paisagem é uma produção humana, formada pela união de elementos e objetos conectados. Ao mesmo tempo, a paisagem flui, é mutável com o tempo. Mantem relação com o social. Não pode ser analisada de forma isolada.

Portanto, por meio do teatro, discutimos o conceito de lugar; e o croqui, por meio do estímulo à imaginação, a representação espacial transportada em um papel, trabalhando o conceito de paisagem. Em seguida, após a realização das atividades geográficas com os alunos do Ensino Fundamental, tivemos a oportunidade de conversarmos com a Diretora da Escola Municipal Santa Luzia. A referida gestora se prontificou de forma espontânea a nos explicar sobre a comunidade quilombola quanto à titulação, divisão da terra e representação política; agricultura, as questões socioambientais, o incentivo para as plantações pelo município e crédito agrícola; saúde, coleta de lixo, educação, a questão de identidade quilombola e racismo; nome da comunidade e religião.

Portanto, a partir dos conhecimentos estudados em sala e da experiência vivenciada em uma Comunidade Quilombola Rural pudemos compreender melhor os conceitos de Espaço Agrário, Território e Quilombo. O Espaço Agrário não se refere apenas às atividades rurais. Como afirma Santos (2008) quanto ao conceito de espaço, ele é um, “conjunto de fixos e fluxos”. Entende-se por elementos fixos, edificações, viadutos, estradas, entre outros. Já os fluxos são os movimentos, as correntes, o tráfego resultante das ações. Existe uma sintonia entre ambos fazendo interagirem entre si. Isso faz com que o espaço seja construído e reconstruído todo instante. São indissociáveis e não podem ser considerados isoladamente. Sobre isso, Santos (2008, p. 63) comenta:

De um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações levam a criação de objetos novos

ou se realiza sobre os objetos pré-existentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Dessa forma, como explicado pelo autor, o espaço é a união da interação ação e objeto, levando a uma multiplicidade de acontecimentos e seguimentos.

Então, o espaço agrário vai além da preocupação com a produção (como se produz e de que forma se produz) de alimentos e matéria-prima, mas também está ligado às transformações ocorridas nas relações sociais e trabalhistas. Como já afirmava Silva (1990, p. 36):

No fundo o que os trabalhadores rurais querem - como todos os trabalhadores em geral - são melhores condições de vida e de trabalho. Se isso é possível obter trabalhando num pedaço de chão que não seja de outro, ou recebendo altos salários, pouco importa: o fundamental é que ele obtenha com isso os frutos do seu trabalho.

Portanto, quando os trabalhadores rurais protestam, reivindicam como forma de expressar que não querem onde trabalhar, mas que possam usufruir do trabalho das suas mãos, que possam apropriarem-se dos benefícios oriundas da terra.

Com base no que foi mencionado, refletimos que a disciplina de Geografia Agrária se preocupa na diferenciação espacial da agricultura, como afirma Waibel (1979). Segundo o autor, “procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes” (WAIBEL, 1979, p.30). Desse modo, a Geografia Agrária, como disciplina fundamental para os estudos de Geografia, ajuda-nos a compreender e a encontrar respostas quanto ao processo de transformação que ocorre no meio rural.

Com relação ao conceito de território, na perspectiva de Raffestin, o território estabelece uma relação de poder entre os homens. Nesse sentido, configura-se a partir do espaço e é fruto de uma relação de dependência. Logo, espaço e o território não são a mesma coisa, porque o território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Em outras palavras, é um espaço apossado, representado em forma concreta ou abstrata. Já o conceito na visão de Ratzel, citado por Moraes (2005, p. 70), é que:

[...] o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda do território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, ou seja, conquistar novas áreas.

Então, o conceito de território para Ratzel é que todos precisamos de um espaço de vida. Contudo, território não infere apenas um conceito materialista, de poder e de controle, mas também subjetividades e símbolos. A esse respeito, o conceito de território surge com duas implicações, conforme (HAESBAERT, 2004, p. 6774):

[...] etimologicamente aparece tão próximo de terra territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Dessa forma, de acordo com o autor, o território pode ser onde indivíduos e grupos realizam sua territorialidade, ou seja, controlam, dominam e influenciam pessoas. Um instrumento de exclusão, mas que, ao mesmo tempo, remete a afeição e sensação de pertencimento. Então, simbolicamente o território e a identidade são ligados já que “a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades” (CLAVAL, 1999, p. 16).

Nesse contexto, a posse da terra estabelece relações que são desenvolvidas naquele território, motivo pelo qual grupos étnicos permanecem. Uma vez apossada, a terra não é valor de troca para eles, é onde vivem, pertence à Comunidade. Aliás, como já mencionado, a terra está vinculada ao sentido da territorialidade, como também as questões de pertencimento e a identidade. E quanto a Comunidade Quilombola não é diferente. A respeito, Silva (2012, p. 5) afirma que:

A questão fundiária em nosso país está extremamente vinculada à sorte da população negra, pois ao instituir que as terras deveriam ser “compradas” naturalmente os negros foram excluídos desse processo de apropriação destas, primeiro porque eram escravizados (mercadorias), depois de 1888 por serem libertos, mas marginalizados na sociedade e, portanto, sem a possibilidade de adquirir terra.

Dessa forma, os quilombos eram os Lugares, a resistência da população negra ao regime de escravidão atuante no país, como também, contra à discriminação racial e ao preconceito. Então, além de sinônimo de luta contra o sistema, o Quilombo era também a proteção, o abrigo. Muitos encontraram no quilombo sua casa. E assim, diante desses fatos históricos envolvendo a população negra, no decorrer dos anos passou a haver avanços quanto

ao reconhecimento dos territórios quilombolas no Brasil. Em 1988, com a Constituição Brasileira, o Art. 216 estabeleceu que todos os documentos e os sítios detentores de domínio histórico dos antigos quilombos ficariam registrados e que suas propriedades estariam garantidas. Já o Art. 68 garantiu reconhecimento da propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades quilombolas que estavam ocupando suas terras. Além disso, caberia ao Estado o dever de emitir seus títulos.

Também entendemos que outro marco na conquista dos direitos dos quilombolas no Brasil foi em 2003 por meio do Decreto 4.887. Este Decreto definiu onde seriam as identificações, demarcações e titulações das terras dos remanescentes quilombolas. Também determinou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se responsabilizaria pela regulamentação de todos os processos de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas.

Então, a aula de campo realizada sob abordagem interdisciplinar à Comunidade de Capoeiras dos Negros – RN nos ajudou a estabelecer a relação teoria e prática. A análise do Espaço Agrário e o estudo quanto ao território Quilombola nos fez entender o sentimento de pertencimento ao quilombo, as disputas por terra e a representatividade da população negra, sua identidade. E posteriormente, tivemos a oportunidade colocarmos em prática a produção acadêmica de artigos e seminários como critérios definidos pelas professoras encarregadas das aulas de campo para a nota final do bimestre. Essa avaliação contou com a produção impressa dos artigos e com a socialização dos resultados alcançados e aprendidos para a comunidade interna e externa no mini auditório da nossa Diretoria de Ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudando alguns conceitos sobre o processo de ensino-aprendizagem, interdisciplinaridade, ensino de Geografia e aula de campo, compreendemos que a área da educação é um campo de atuação que o profissional proporciona uma contribuição direta a sociedade por meio da construção do conhecimento. Contudo, é preciso a utilização de procedimentos de ensino-aprendizagem que contribuam para um ensino significativo. A aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem auxilia o professor, permitindo ao aluno uma interação com a realidade. Isso ajuda na construção do conhecimento por unir teoria à prática. Ao mesmo tempo, esse procedimento de ensino-aprendizagem estimula a criticidade e, quando aplicado ao ensino da Geografia, estimula uma melhor compreensão da relação homem e espaço geográfico. Muda a percepção de mundo.

Contudo, não é fácil a prática da aula de campo. Um dos empecilhos deve-se aos recursos financeiros que muitas vezes são limitados ou também a disponibilidade do professor ou dos alunos em viajarem ou visitarem determinado lugar em virtude de trabalho ou outras obrigações familiares, mas há a possibilidade de realizar aulas de campo próximas a instituição de ensino ou até mesmo dentro da própria instituição. Como já mencionado nesse trabalho monográfico, a aula de campo pode ser em qualquer lugar desde que estejam em harmonia com os conteúdos estudados em sala. O fato é que, para haver uma aula de campo, precisa do planejamento, pois, mesmo se o problema for logístico, de recursos ou tempo para sua realização, há alternativas acessíveis. Se o problema é a questão financeira, pode-se utilizar o ônibus da linha comercial como meio de transporte para o deslocamento dependendo de onde seja o local de estudo, como também, juntar-se com outro professor para repartirem o recurso financeiro evitando gastos à Instituição de Ensino por viabilizar em curto período de tempo várias aulas de campo. Nesse sentido, podem-se realizar envolvendo professores de disciplinas diferentes várias atividades como um seminário, um projeto integrador, elaboração de um artigo acadêmico, de caráter interdisciplinar, inclusive, essa é uma maneira de como o professor utilizar a aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem que promova a formação do graduando em Geografia.

Além disso, as aulas de campo interdisciplinares contribuem por aumentar a compreensão de um assunto estudado em sala e melhora a formação do graduando no curso de Licenciatura em Geografia. Aliás, um processo de ensino-aprendizagem de Geografia jamais pode ser analisado e estudado de forma isolada, mas contextualizado com a realidade, principalmente do aluno. A Geografia é uma disciplina que abrange várias áreas do

conhecimento, principalmente as relacionadas às Ciências Humanas, na qual tem como um dos seus objetos de estudo o homem em suas relações com o espaço geográfico. Dessa forma a aula de campo será aplicada no ensino superior de Geografia de forma a propiciar uma prática pedagógica mais interativa, que promova uma inserção com o meio socioambiental.

Pudemos identificar o papel da aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar para a formação do graduando da Licenciatura em Geografia do IFRN - CNAT como uma estratégia metodológica que permite um fazer docente pautado na reflexão dos assuntos e que promove a interação social. Contribui para um fazer docente dinâmico e inovador por relacionar os conteúdos e conceitos Geográficos estudados em sala de aula com a realidade.

Nesse contexto, a partir da observação e estudo de campo *in loco* realizada por meio de uma aula de campo sob uma perspectiva interdisciplinar à Comunidade Quilombola de Capoeiras dos Negros - RN, refletimos quanto ao significado de território como sendo todo meio físico onde há manifestação de poder, determinado por meio de relações de poder de um agente dominante, enquanto por identidade entende-se que é uma concepção individual, construída a partir do sentimento de pertencimento e aceitação. O indivíduo se sente representado.

Percebe-se, ainda que uma aula de campo realizada numa Comunidade Quilombola, nos possibilitou desenvolver a capacidade de analisar e ampliar a percepção da cultura afro brasileira. Além disso, proporcionou a compreensão quanto à identidade quilombola dos integrantes da comunidade, fruto das tradições passadas por meio de gerações que habitaram aquele território e do núcleo familiar presente em Capoeira dos Negros – RN que nutre o amor pelo lugar. Dessa forma, toda identidade resulta numa territorialização, assim como a territorialização está relacionada a permanência identitária, espaço de ideias, sentimentos e emoções dos sujeitos. Um centro de significações percebidas ou sentidas.

Outro entendimento esclarecido foi quanto ao espaço agrário, o qual envolve um conjunto de acontecimentos e seguimentos no meio rural. É a união e interação da ação e objeto, principalmente as transformações ocorridas nas relações sociais e trabalhistas. Então, o espaço agrário não significa apenas as atividades rurais que naquele lugar são praticadas. Assim, quando a Comunidade lutava em prol do reconhecimento e pelo registro da terra, estava em busca do usufruto, benefícios da terra, um espaço de vida.

Por outro lado, ao mesmo tempo percebemos que ainda na Licenciatura em Geografia do IFRN – CNAT faltam a realização de mais projetos como esse de caráter interdisciplinar que participamos. Muito se deve aos motivos principais já comentados que

inviabilizam as realizações das aulas de campo. Manter o contato com o real é imprescindível para uma formação docente reflexiva, crítica, intelectual, investigativa, pois vai além da teoria e ajuda o licenciando a sentir-se relacionado com o conteúdo, compreender e despertar o prazer ao estudo.

Porém, mesmo esse seminário tendo sido realizado, mas poderia ter sido melhor aproveitado se houvesse um melhor planejamento quanto a participação dos graduandos e o tempo realizado da aula que foi corrido. Com antecedência poderíamos ter organizado melhor a visita à Comunidade Quilombola e termos conversado com diversas pessoas que fazem parte daquele espaço, principalmente, aqueles que vivem da agricultura e que também vivenciaram o período de luta da titulação da terra.

Quanto a turma, embora tivesse sido dividida em grupos específicos encarregados de realizarem suas pesquisas segundo cada aula que seria realizada dentre as três que visitamos nesse semestre de 2018.1, mas observamos que aqueles que não estavam designados para realizar a pesquisa no dia da aula de outro grupo muitas vezes permaneciam dispersos. Então, poderiam terem sido envolvidos em alguma atividade pois o aprendizado é útil para todos visto que estávamos realizando uma aula interdisciplinar trabalhando conceitos estudados naquele semestre compartilhando um objeto de estudo em comum.

Além disso, ainda sobre a realização desse projeto, sentimos a falta de certa liberdade criativa quanto a pesquisa e a realização dos trabalhos acadêmicos como resultados das atividades realizadas. Por mais que um planejamento tenha que ser elaborado com maestria e siga uma estrutura, pois isso implica em resultados geralmente satisfatórios, acreditamos que cabe também ao licenciando participante desse processo ou de qualquer outro construir seu próprio conhecimento e expor sua visão, seu entendimento sem obstáculo do professor. Aliás, não o cabe ser o dono da verdade, impedindo o aluno de expressar o que aprendeu ao acreditar que o conteúdo daquela aula só pertence a ele ou que só ele tem a propriedade de orientá-lo e mais nenhum outro docente. O papel do professor é de conduzir e proporcionar o caminho, mas, quanto a compreensão, pertence ao aluno. Além disso, faz parte do crescimento acadêmico a maturidade intelectual para, por conta própria, o discente produzir seu próprio trabalho e relatar sua experiência.

Portanto, a aula de campo como procedimento de ensino-aprendizagem interdisciplinar mudou nossa percepção de mundo a partir dos conteúdos debatidos em sala e vivenciados no campo, *in loco*. Nesse sentido, acredita-se que analisar a prática dessa técnica no processo formativo do graduando no curso de Licenciatura em Geografia do IFRN – CNAT, a partir do relato de experiência vivenciado no 5º período do curso, ajudou a

compreender que a sua aplicabilidade motivará o graduando a manter o interesse pelos estudos, a comprometer-se com as atividades e produções acadêmicas por tratar-se de uma condução de ensino-aprendizagem interativa entre professor, aluno e o meio socioambiental. Ela contribui para uma melhor leitura teórico-prática dos conteúdos geográficos. Além disso, trabalhar sob perspectiva interdisciplinar proporciona um entendimento complementar e promove uma melhoria na formação do graduando em Geografia do IFRN - CNAT, ampliando sua visão e compreensão de mundo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rodolfo F. *Categorias e conceitos da geografia*. Mundo educação, 2014. Disponível em: <https://mundoeducaçao.bol.uol.com.br/geografia/categorias-conceitos-geografia.htm>. Acesso em: 21 de março de 2019 às 10:36.
- BALZAN, N. C. Estudo do meio. In: CASTRO, A. D. et. all. **Didática na escola média: teoria e prática**. São Paulo: Edibell, 1969. p. 99-107.
- BARROS JÚNIOR, Noberto Francisco de. O estudo do meio como caminho afirmativo para a prática pedagógica: uma experiência no ensino médio da escola Estadual Frei Otto – Ipojuca / PE. IN: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 11 p.
- BARTOLY, F. S. **Debates e perspectivas do lugar na geografia**. GEOgraphia (UFF), v. 26, p. 66-91, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13625>. Acesso em: 5 de dezembro de 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2018.
- BRASIL. Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nov.2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2018.
- CAMARGO, Maria Aparecida Santana. **Teatro na escola: a linguagem da inclusão**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2003.
- CAMPOS, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino de geografia**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010.
- CARLOS. A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CHAVES, Eduardo. **A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E A ANÁLISE DE CONCEITOS EDUCACIONAIS**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/filosofia_da_educacao.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2019.
- CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Tradução Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Pimenta. Florianópolis: ed. da UFSC, 1999.
- De BIAGGI, E. M. **Cartografia e Grande Imprensa: análise das representações do Leste Europeu-1992**. Dissertação de Mestrado. DG/FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

DÍAZ BORDENAVE, Juan; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FALCÃO, W.; PEREIRA, W. A aula de campo na formação crítico/cidadão do aluno: uma alternativa para o ensino de Geografia. In: **Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia – ENPEG**, 10, Porto Alegre, 2009.

FAZENDA, Ivani C. A. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012.

FELTRAN, R. C. S; FELTRAN FILHO, A. Estudo do meio. In: Veiga, I. P. A. (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas: Papirus, 1991. Cap. 7, p. 115 – 130.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique de Oliveira. **O trabalho de campo na geografia escolar como estratégia para a percepção da dimensão socioespacial do real**. Centro Universitário UNA, 2011, p. 108. (Dissertação do Programa de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, E. de F; SARAIVA JUNIOR, J. C. Geomorfologia do Parque das Dunas em Natal/RN e Museu de Geologia do IFRN: interações e desafios. IN: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFRN, 9., Currais Novos, **Anais**. Currais Novos: IFRN, 2013. 7 p.

GARCIA, J. Um estudo sobre o conceito de intervenção disciplinar. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO (SIEDUCA)**, 16., 2011, Cachoeira do Sul, Anais... Cachoeira do Sul: ULBRA, 2011, p. 1-9.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HAESBAERT, Rogerio. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 18.

HISSA, C. E. V.; OLIVEIRA, J. R. DE. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, n. 24, p. 31-41, dezembro, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAVILLE; C.; DIONNE, J. **Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, Ivanildo Antônio de. **Aqui é o lugar que toda mulher trabalha: uma etnografia sobre o trabalho na comunidade quilombola de Capoeiras Macaíba - RN**. 2015. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Antropologia Social, Pós-Graduação em

Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Cap. 3.
Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24751/1/IvanildoAntonioDeLima_DISSERT.pdf. Acesso em: 5 de dezembro de 2018.

LIMA, Vanuzia Brito; ASSIS, Lenilton Francisco de. Mapeando alguns roteiros de trabalho de campo em Sobral (CE): uma contribuição ao ensino de Geografia. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**. Sobral: v. 6/7, n. 1, 2004/2005.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MILLER, Francisca. **Quilombolas de Capoeiras: resistência, território e identidade**. Natal, RN. EDUFRN, 2017, 138 p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MORAES, A C R. **Geografia: pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Alana Priscila Lima de; CORREIA, Monica Dorigo. Aula de Campo como Mecanismo Facilitador do Ensino Aprendizagem sobre os Ecossistemas Recifais em Alagoas. **ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.6, n.2, p. 163-190, junho 2013 ISSN 1982-5153.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. Travessias da aula em campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. **Revista Educação e Pesquisa**. vol. 35. n.1. São Paulo, 2009. ISSN 1517-9702.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (Org.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do ensino de história e geografia**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269 p. Tradução de: Maria Cecília França.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GOMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. **Revista Finisterra**, ano XXXVI, vol. 72, p. 37-53. Lisboa, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 16. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, Simone Rezende. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. Artigo no XII Colóquio Internacional de Geocrítica, maio de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. 5. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

WAIBEL, L. O sistema da Geografia Agrária In: WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: SUPREN, 1979, p.29-35.

ZANELLI, José Carlos. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas Estudos de Psicologia**. vol. 7, núm. 99, 2002, pp. 79-88. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

APÊNDICE - CRONOGRAMA PARA A PRODUÇÃO MONOGRÁFICA

Quadro 1 – Cronograma de produção monográfica do graduando.

ATIVIDADES	ANOS					
	QUADRIMESTRES LETIVOS					
	2018.1	2018.2	2018.3	2019.1	2019.2	2019.3
Identificação, seleção e coleta do material bibliográfico referente à temática central da pesquisa	X	X	X	X	X	
Leitura do material bibliográfico referente à temática central da pesquisa	X	X	X	X	X	X
Preparação para o Exame de Qualificação	X	X	X	X	X	
Levantamento de dados de ordem teórico-documental (livros, artigos, teses, dissertações)		X	X	X	X	X
Revisão geral do delineamento proposto				X		
Sistematização e discussão dos dados					X	X
Exame de qualificação					X	
Redação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)						X
Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)						X

Fonte: Elaboração própria em 2019.